

COOPERATIVA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE JI-PARANÁ: HISTÓRIA DE UMA DESCONSTRUÇÃO

JI-PARANÁ RECYCLABLE MATERIAL COLLECTORS COOPERATIVE: A STORY OF DECONSTRUCTION

Patrícia Soares de Maria de Medeiros¹
Margarita María Dueñas Orozco²
Celso Luiz Moulaz³
Vilton Sanchotene⁴
Renata Gonçalves Aguiar⁵

RESUMO

Este estudo, originado da análise do Plano Municipal de Coleta Seletiva realizada por acadêmicos do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária durante a disciplina de Resíduos Sólidos Urbanos na Universidade Federal de Rondônia, investiga a trajetória da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná entre 2012 e 2024. Por meio de uma abordagem qualitativa e pesquisa documental, o trabalho relata o contexto histórico da cooperativa, notadamente desde sua seleção como a única representante da Região Norte no edital Cidade+Recicleiros. A iniciativa impulsionou a elaboração e implementação do Plano Municipal de Coleta Seletiva, com programas de capacitação dos cooperados e de conscientização para os munícipes. Apesar dos benefícios socioambientais gerados, a prefeitura encerrou o contrato com a cooperativa em 2023. Tal decisão representou um retrocesso para a gestão de resíduos sólidos no município, acarretando custos adicionais para o erário e um descaso com as pautas ambientais. Atualmente, a sociedade civil se mobiliza pelo restabelecimento da coleta seletiva, depositando esperanças na nova gestão municipal para a renovação do contrato e a retomada das atividades da cooperativa, reconhecidas por sua importância para o meio ambiente e para a comunidade.

Palavras-chave: Gestão de Resíduos Sólidos. Coleta Seletiva. COOCAMARJI. Rondônia. Reciclagem. Sustentabilidade Socioambiental.

ABSTRACT

This study, which originated from the analysis of the Municipal Selective Collection Plan carried out by students of the Environmental and Sanitary Engineering Course during the Urban Solid Waste discipline at the Federal University of Rondônia, investigates the trajectory of the Ji-Paraná Recyclable Materials

¹ Doutora em Biologia Experimental. Professora do Departamento Acadêmico de Engenharia Ambiental (DAEA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: patricia@unir.br. Celular: 69 9 8416-4632. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0001-6245-6108>. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/3519588719846194>.

² Doutora em Ciências Ambientais. Professora do Departamento Acadêmico de Engenharia Ambiental (DAEA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: margarita.orozco@unir.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9410-5617>. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/9621366740477954>.

³ Presidente da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná (COOCAMARJI). E-mail: celsom3@gmail.com.

⁴ Designer Ambiental. Colaborador permanente da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná (COOCAMARJI). E-mail: chinoco@gmail.com.

⁵ Doutora em Física Ambiental. Professora do Departamento Acadêmico de Engenharia Ambiental (DAEA) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: rgaguiar@unir.br. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-1431-912X>. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/7581757859630191>.

Collectors' Cooperative between 2012 and 2024. Through a qualitative approach and documentary research, the work reports the historical context of the cooperative, notably since its selection as the only representative of the Northern Region in the Cidade+Recicleiros public notice. The initiative drove the elaboration and implementation of the Municipal Selective Collection Plan, with training programs for cooperative members and awareness-raising programs for residents. Despite the socio-environmental benefits generated, the city government terminated the contract with the cooperative in 2023. This decision represented a setback for solid waste management in the municipality, resulting in additional costs for the public treasury and a disregard for environmental issues. Currently, civil society is mobilizing for the reestablishment of selective collection, placing hopes in the new municipal administration for the renewal of the contract and the resumption of the cooperative's activities, recognized for their importance for the environment and the community.

Keywords: Solid Waste Management. Selective Collection. COOCAMARJI. Rondônia. Recycling. Socioenvironmental Sustainability.

INTRODUÇÃO

A gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos tem sido um desafio constante para as políticas públicas no Brasil. A Lei Federal n. 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelece diretrizes fundamentais para a gestão integrada e o manejo sustentável dos resíduos sólidos, reconhecendo o potencial dos materiais reutilizáveis e recicláveis como recursos econômicos e sociais importantes.

Conforme preconiza o Art. 36 da PNRS:

o sistema de coleta seletiva deve priorizar a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores, visando não apenas à sustentabilidade ambiental, mas também à inclusão social e à promoção da cidadania, especialmente entre pessoas de baixa renda (Brasil, 2010).

Segundo Souza (2018), as cooperativas de catadores desempenham um papel fundamental na implementação da PNRS, atuando como agentes de inclusão social e desenvolvimento sustentável. Os autores destacam que, apesar dos avanços legislativos, as cooperativas frequentemente enfrentam desafios estruturais e de gestão que limitam sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

A legislação brasileira sobre gestão de resíduos sólidos não se restringe apenas à esfera federal, sendo complementada por normativas estaduais e municipais que visam adequar-se aos princípios estabelecidos pela PNRS. Nos estados, há uma variedade de instrumentos legais e iniciativas que buscam fortalecer a gestão integrada dos resíduos. Em São Paulo, por exemplo, a Lei Estadual n. 15.276, de 2 de dezembro de 2014, reforça

a implementação de sistemas de logística reversa e a valorização econômica dos resíduos sólidos, alinhando-se aos objetivos da PNRS de promover a redução, reutilização, reciclagem e tratamento adequado dos resíduos (São Paulo, 2014). Em Rondônia, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS), busca minimizar a geração de resíduos através dos processos de reutilização, reciclagem e compostagem, assim como pela realização da logística reversa de embalagens e produtos pós consumo (Sedam, 2020).

Nos municípios, as políticas de gestão de resíduos são essenciais para a implementação efetiva da PNRS. Porto Alegre, por meio da Lei Municipal n. 11.774, 23 de setembro de 2015, estabelece diretrizes específicas para a coleta seletiva, estimulando a participação de cooperativas de catadores e incentivando a inclusão social e econômica dos trabalhadores envolvidos na cadeia da reciclagem (Prefeitura de Porto Alegre, 2015). Essas iniciativas municipais são fundamentais para adaptar as diretrizes nacionais às realidades locais, promovendo a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades.

Nesse cenário, o tema gerador do presente estudo surgiu na disciplina Resíduos Sólidos Urbanos ofertada no curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal de Rondônia, Campus de Ji-Paraná - Rondônia. Os discentes matriculados nessa disciplina, no primeiro semestre de 2023, foram desafiados a estudar o Plano Municipal de Coleta Seletiva e a realizar visitas técnicas ao aterro sanitário e à COOCAMARJI, para analisar a eficácia da gestão dos resíduos sólidos urbanos no município.

No contexto específico de Ji-Paraná, município do estado de Rondônia, destaca-se a COOCAMARJI, cuja trajetória reflete não apenas os desafios enfrentados na implementação das diretrizes da PNRS, mas também as transformações sociais e econômicas vivenciadas pelos seus membros ao longo dos anos.

Ao examinar criticamente as políticas públicas municipais e estaduais vigentes, aliadas às experiências práticas e aos relatos dos próprios cooperados, este estudo busca contribuir para um entendimento mais profundo dos impactos da legislação ambiental na vida cotidiana dos catadores e na efetividade das cooperativas como agentes de transformação social e ambiental.

A história da COOCAMARJI reflete não apenas a luta diária pela sobrevivência dos seus membros, mas também a busca por reconhecimento e valorização de seu trabalho no contexto socioambiental. Estudos recentes têm destacado o papel crucial das cooperativas de catadores na gestão de resíduos sólidos urbanos, não só pela sua contribuição para a reciclagem e redução de impactos ambientais, mas também, por promover o desenvolvimento sustentável e a geração de emprego e renda entre populações historicamente marginalizadas (Almeida; Santos, 2023; Oliveira, 2020; Schneider, 2015).

O contexto específico de Ji-Paraná revela nuances importantes sobre a dinâmica entre políticas públicas, atores locais e as condições socioeconômicas dos catadores. Em estudo recente, Silva et al. (2020) discutem os impactos das políticas municipais de resíduos sólidos na organização e funcionamento das cooperativas de catadores, enfatizando a necessidade de apoio contínuo e capacitação técnica para fortalecer essas organizações.

Além disso, a relação entre as cooperativas de catadores e o poder público local também é crucial. Conforme destacado por Gonçalves (2019), a efetividade das cooperativas muitas vezes depende de parcerias sólidas com órgãos municipais, que podem proporcionar infraestrutura adequada, apoio logístico e incentivos financeiros para a coleta seletiva e a reciclagem.

Este estudo visa, portanto, relatar a história da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná, abrangendo os anos de 2012 a 2024, e analisar criticamente os fatores que influenciam sua operação e sustentabilidade. Ao examinar as experiências locais à luz de contribuições teóricas e empíricas recentes, busca-se contribuir para um entendimento mais amplo sobre o potencial das cooperativas de catadores como agentes de mudança social e ambiental nas cidades brasileiras.

CONTEXTO HISTÓRICO

Ji-Paraná é denominada de “o coração de Rondônia” por apresentar a peculiaridade de ter uma ilha que alude a um coração. Destacando-se como o maior município do interior

de Rondônia, no último censo contava com uma população de 124.333 habitantes (IBGE, 2022).

Nesta pesquisa, a abordagem qualitativa foi utilizada (Furtado, 2010), juntamente com a técnica de pesquisa documental (Gil, 2017), propiciando um estudo detalhado sobre a história da COOCAMARJI, explorando suas origens, evoluções e desafios atuais, com base em análise documental e em artigos científicos que abordam aspectos relevantes da gestão de resíduos sólidos e da atuação de cooperativas de catadores no Brasil. Relatos dos cooperados também foram considerados.

Para estruturar a narrativa dos fatos históricos, foram criadas subseções de acordo com a sequência cronológica.

Fundação e Primeiros Passos (2012)

Em 09 de dezembro de 2012, a COOCAMARJI foi oficialmente estabelecida com o propósito de dar valor aos materiais recicláveis, romper com a dependência de atravessadores e elevar a imagem dos catadores como agentes de transformação ambiental e social (Figura 1).

Inicialmente composta por 41 cooperados, a cooperativa começou a operar em um contexto marcado pela implementação do Plano Setorial de Limpeza Urbana, Manejo e Gestão de Resíduos Sólidos do Município de Ji-Paraná, regulamentado pelo Decreto n. 17.625, de 2 de agosto de 2012 (Prefeitura de Ji-Paraná, 2012).

Figura 1: Instalações iniciais da COOCAMARJI no município de Ji-Paraná/RO





Fonte: COOCAMARJI (2010 e 2012)

Projeto Piloto de Coleta Seletiva (2014)

Em 2014, a COOCAMARJI, em parceria com RECICLAJIPA, iniciou um projeto piloto de coleta seletiva em três bairros de Ji-Paraná: Urupá, Jardim do Migrantes e Bosque dos Ypês (Figura 2). O propósito do projeto piloto consistia em verificar a viabilidade técnica e econômica da coleta e o comportamento da população com relação à segregação de resíduos; proposta esta que obteve significativa adesão da comunidade. Entretanto, o desenvolvimento do processo foi interrompido em virtude da ausência de incentivos e do apoio institucional efetivo por parte do poder público municipal. Consequentemente, a proposta, originalmente concebida para contemplar sete bairros e várias escolas públicas do município, não obteve êxito em sua implementação.

Figura 2: Projeto piloto realizado pela COOCAMARJI em Ji-Paraná/RO





Fonte: COOCAMARJI (2014)

Reconhecimento e Avanços (2019)

Em 2019, Ji-Paraná foi selecionada para elaborar e implementar uma Política Pública de Coleta Seletiva e Reciclagem, sendo a única cidade da Região Norte escolhida no edital Cidade+Recicleiros. Essa conquista significativa resultou da colaboração entre membros da sociedade civil, como a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e a COOCAMARJI e, o poder público, representado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMEIA).

Ao ser selecionado no edital da Recicleiros, o município de Ji-Paraná receberia o acompanhamento da organização para elaborar e implementar políticas públicas relativas à coleta seletiva, assim como para oferecer capacitação técnica, administrativa e financeira aos cooperados por 60 meses.

Um dos avanços foi a inauguração do primeiro Ecoponto de Ji-Paraná, instalado entre a UNIR e o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), em 13 de dezembro de 2019, fortalecendo a responsabilidade das instituições de ensino na segregação adequada dos resíduos e promovendo a conscientização ambiental na comunidade (Figura 3).

Figura 3: Solenidade de inauguração do primeiro Eco ponto instalado em Ji-Paraná/RO



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2019)

Atualizações e Desenvolvimentos (2020-2021)

Em fevereiro de 2020, o município recebeu com entusiasmo a primeira visita de membros pertencentes à organização da sociedade civil (OSC) Recicleiros, sediada em São Paulo. Esse encontro teve papel relevante na mobilização de cidadãos de Ji-Paraná e demais atores locais, visando apoiar a implementação de um sistema inclusivo de reciclagem no município.

Nesse cenário, o Instituto Recicleiros desempenhou um papel crucial ao educar e engajar os munícipes de Ji-Paraná, promovendo uma maior conscientização comunitária sobre a importância da reciclagem. Essa colaboração foi fundamental para o sucesso das iniciativas locais de sustentabilidade.

Em setembro de 2021, a eficiência operacional da COOCAMARJI foi reconhecida durante a visita do vice-prefeito de Ariquemes ao prefeito de Ji-Paraná, evidenciando o impacto positivo da cooperativa na gestão de resíduos da cidade (Decom Ji-Paraná, 2021).

De 2019 a dezembro de 2022, a COOCAMARJI expandiu suas operações, retomando e ampliando a coleta seletiva, aumentando o número de cooperados e a

quantidade de materiais segregados para reciclagem (Figura 4).

No início de 2021, o município de Ji-Paraná avançou com a publicação do Plano Municipal de Coleta Seletiva (INSTITUTO RECICLEIROS, 2021), estruturado em dois eixos principais. O primeiro eixo, denominado “Diagnóstico”, contemplou o levantamento de dados gerais do município, a caracterização da geração de resíduos, as estruturas e processos existentes, a atuação dos catadores e o panorama do mercado local de recicláveis, além da identificação das partes interessadas e da regulamentação relacionada à coleta seletiva.

Este eixo inclui ainda uma descrição pormenorizada dos procedimentos de coleta, transporte e destinação dos resíduos sólidos urbanos, evidenciando o papel socioambiental desempenhado pela cooperativa de catadores. Destaca-se, nesse diagnóstico, o quadro resumo relativo à geração de resíduos e aos custos operacionais anuais de Ji-Paraná no ano de 2020, o qual revela elevados custos relacionados às atividades de coleta e disposição final dos resíduos sólidos urbanos (RSU) gerados no município. Ao final da avaliação diagnóstica, conclui o Instituto Recicleiros:

De acordo com o relato da Secretaria Municipal de Meio Ambiente são processados 903 toneladas de materiais recicláveis por ano, que representa aproximadamente 3% dos resíduos sólidos gerados pelo município. Considerando que o estudo gravimétrico apontou uma quantidade total de materiais recicláveis presentes nos resíduos sólidos domiciliares de 36%, há um grande potencial de reciclagem sendo desperdiçado (Instituto Recicleiros, 2021).

O segundo tópico, intitulado “Diretrizes para Implantação da Coleta Seletiva”, contextualiza a coleta seletiva no município e apresenta a proposta metodológica para a implementação de seis canais destinados à separação dos resíduos sólidos gerados localmente. Para cada canal, são especificados os processos e estruturas relacionados ao descarte, coleta, transporte e destinação final dos resíduos. O documento também estabelece metas de atendimento, caracteriza as Unidades de Processamento de Materiais Recicláveis (UPMR) e descreve o ecossistema do programa, incluindo o plano de comunicação, a proposta de regulamentação, a assessoria técnica ao sistema de coleta seletiva, o cronograma das operações e as estratégias de financiamento para a efetivação da coleta seletiva no município (Instituto Recicleiros, 2021).

Após progressos expressivos na implementação da coleta seletiva em Ji-Paraná, ocorreu um período de crescimento e de desafios para a COOCAMARJI. Em 2020,

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades.

ISSN 2594-8806

conforme detalhado no Plano Municipal de Coleta Seletiva, a cooperativa conseguiu processar 3,42% do total de RSU gerados na cidade (Instituto Recicleiros, 2021). Esse percentual é superior ao Índice Nacional de Recuperação de Resíduos (INRR) que foi de 1,67% para o ano de 2019 (SINIR, 2021), cifra que considera, além da reciclagem, a reutilização e a recuperação energética. Percebe-se assim a eficiência da coleta seletiva realizada pela cooperativa em Ji-Paraná.

De acordo com dados da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente – ABREMA (2023), a coleta seletiva porta a porta ainda possui cobertura restrita no Brasil, alcançando apenas 14,7% da população. Observa-se que os municípios da região Sul apresentam a maior média de cobertura, atendendo a 31,9% da população urbana, enquanto a região Nordeste apresenta a menor abrangência, com apenas 1,9% da população urbana atendida.

Figura 4: Equipe de funcionários e vista do galpão da COOCAMARJI em plena operação em Ji-Paraná/RO

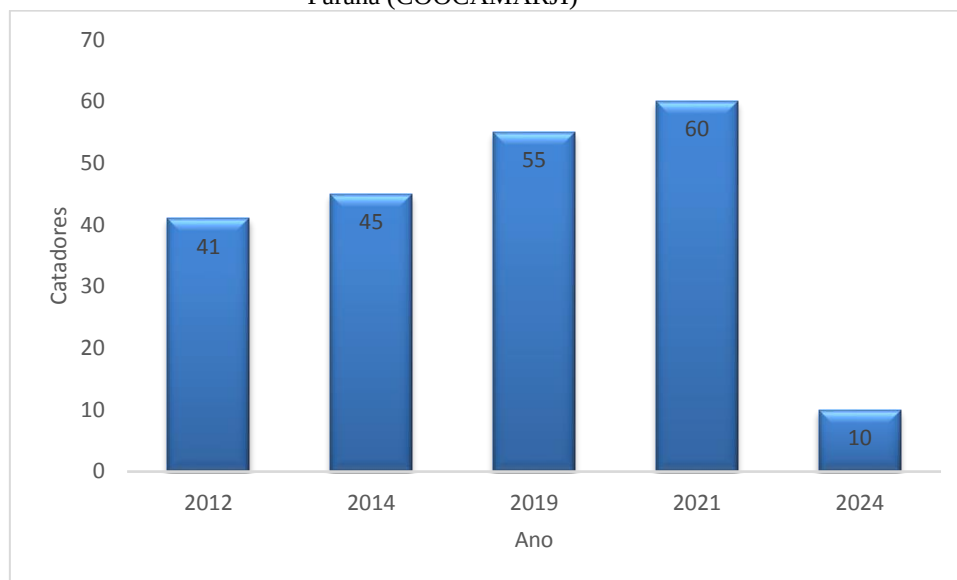


Fonte: COOCAMARJI (2019)

O Colapso de um Projeto Pioneiro: impactos e lições para o futuro

Em decorrência de mudanças operacionais e contratuais, em 2023, a cooperativa reduziu sua operação de cinco rotas estabelecidas em 2020 para apenas uma rota. Fato que acarretou a drástica redução no número de cooperados de 60 em 2021, para apenas 10 em 2024 (Figura 5).

Figura 5 – Número de Associados da Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Ji-Paraná (COOCAMARJI)



Fonte: COOCAMARJI (2024)

O segundo Eco ponto, instalado na área interna do Campus de Ji-Paraná da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) em novembro de 2023, apresentou dificuldades operacionais em março de 2024, quando teve suas atividades suspensas em decorrência da interrupção da coleta seletiva de resíduos.

Tal situação evidencia os desafios relacionados à sustentabilidade de infraestruturas destinadas à segregação e reciclagem de resíduos sólidos. Ressalta-se, ainda, que, em 2023, o contrato estabelecido entre a COOCAMARJI e a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná foi encerrado, resultando na interrupção completa do sistema de coleta seletiva implementado. Essa decisão não apenas representou um grande prejuízo para a sociedade local e para o meio ambiente, mas também acarretou altos custos para os cofres públicos e para os cidadãos de Ji-Paraná.

Tentativa de resgate da coleta seletiva no município

Em 2024, professoras e discentes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), preocupados com a situação supracitada e, na

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades.

ISSN 2594-8806

tentativa de realizar alguma ação para retomada da coleta seletiva em Ji-Paraná, decidiram liderar um abaixo assinado que continha o seguinte texto:

ABAIXO-ASSINADO EM DEFESA DO RETORNO DA COLETA SELETIVA EM JI-PARANÁ/RO

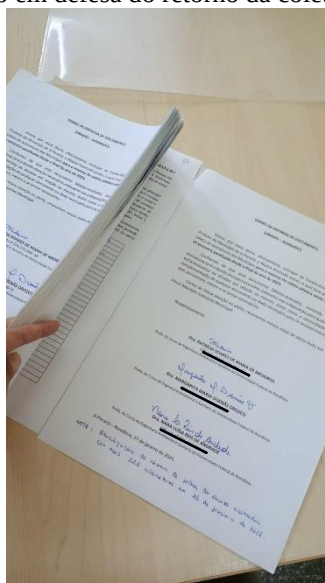
Nós, docentes e discentes da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, do Campus de Ji-Paraná, em conjunto com os munícipes preocupados com as causas socioambientais, vimos requerer à Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO, viabilizar o retorno do recolhimento dos resíduos recicláveis produzidos no nosso município.

A petição é realizada com base no Artigo 225 da Constituição Federal, assim como no princípio estabelecido na Lei 12.305 de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que reconhece o “*resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania*”, assim como no Art. 36, que preconiza: “*o sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará ...*”. De outro bordo, sustenta-se no Decreto Federal Nº 10.936 de 2022, que regulamenta a PNRS, o qual, no Art. 39, Inciso I, destaca a possibilidade de dispensa de licitação para a contratação de cooperativas ou de associações.

O restabelecimento da coleta seletiva beneficiará a sociedade ji-paranaense nos aspectos econômicos, ambientais e sociais, uma vez que diminui os gastos para os cofres públicos, permitindo maior proteção ambiental e garantindo sustento de inúmeras famílias, bem como o prolongamento da vida útil do aterro sanitário. Esta petição estará acessível nas formas *on-line* e escrita.

As assinaturas foram recolhidas durante o segundo semestre de 2024 até janeiro de 2025, em locais com alta circulação de pessoas como a Feira do Produtor e a Praça dos Migrantes em Ji-Paraná.

Figura 6: Abaixo-assinado em defesa do retorno da coleta seletiva em Ji-Paraná/RO



O abaixo assinado totalizou 1.528 assinaturas e foi entregue, em mãos, ao recém empossado Secretário Municipal de Meio Ambiente, no dia 26 de fevereiro de 2025, após diálogos e manifestações sobre a mobilização realizada e sobre as expectativas de retorno da coleta seletiva no município (Figura 6).

Em 28 de abril de 2025, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (COMDEAM) realizou sua primeira reunião ordinária do ano, marcando o retorno das atividades após um período de mais de dezoito meses de inatividade. Destaca-se que, na atual composição do conselho, estão incluídas duas professoras representantes da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que participaram ativamente da mobilização para o restabelecimento da coleta seletiva no município, por meio do abaixo-assinado.

A presença institucional da universidade no COMDEAM configura um novo espaço de resistência e articulação em favor de uma gestão mais eficaz e socioambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos. Assim, a atuação de grupos acadêmicos e da sociedade civil reforça a importância do controle social e da participação colaborativa na promoção de políticas públicas sustentáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória da coleta seletiva e da atuação da COOCAMARJI em Ji-Paraná evidencia a importância das cooperativas de catadores e da integração entre sociedade civil, instituições acadêmicas e poder público na promoção da gestão sustentável de resíduos sólidos urbanos. As experiências relatadas demonstram que, quando há engajamento social, apoio institucional e investimentos adequados, é possível superar a média nacional e obter resultados positivos, tanto em termos de eficiência operacional quanto de participação comunitária.

Contudo, as dificuldades enfrentadas a partir de 2023, como a redução das rotas de coleta, a diminuição do número de cooperados e a suspensão dos Ecopontos, demonstram que a sustentabilidade e a continuidade de políticas públicas de coleta seletiva estão diretamente condicionadas ao compromisso do poder público municipal e à manutenção de contratos e parcerias. A interrupção abrupta do serviço gerou impactos negativos, não

apenas ambientais e sociais, mas também econômicos, incluindo o aumento dos custos com disposição dos resíduos e a diminuição das oportunidades de trabalho para os catadores.

A mobilização acadêmica e comunitária, materializada no abaixo-assinado de 2024, revela o papel ativo da sociedade na defesa de direitos ambientais garantidos na legislação federal, assim como a consciência crescente sobre a valorização dos resíduos recicláveis e sobre a necessidade de participação dos catadores organizados, conforme preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos. O volume significativo de assinaturas ratifica a legitimidade da demanda e contribui para o debate público acerca da retomada e permanência de sistemas inclusivos de coleta seletiva.

Assim, o caso de Ji-Paraná reforça a importância de políticas públicas estáveis, do fomento à participação social e do reconhecimento do papel das cooperativas como agentes fundamentais na transformação socioambiental. A consolidação de sistemas de coleta seletiva exige planejamento integrado, recursos contínuos, compromisso governamental e educação ambiental permanente, visando garantir benefícios duradouros para a sociedade, o meio ambiente e a economia local.

REFERÊNCIAS

ABREMA - Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil**. 2023. Disponível em: https://www.abrema.org.br/wp-content/uploads/dlm_uploads/2024/03/Panorama_2023_P1.pdf. Acesso em 07 maio 2025.

ALMEIDA, F. F.; SANTOS, E. C. R. Cooperativismo e preservação ambiental: impactos, desafios e contribuições das cooperativas de reciclagem. **REVICOOP**, v. 4, 2023.

BRASIL. **Lei Federal n. 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 ago. 2010.

DECOM Ji-Paraná. **Isaú Fonseca recebe a visita do vice-prefeito de Ariquemes**. Tudorondonia.com, Jornal Independente. 2021. Disponível em: <https://www.tudorondonia.com/noticias/isau-fonseca-recebe-a-visita-do-vice-prefeito-de-ariquemes,76365.shtml> . Acesso em: 04 de ago. 2024.

ESTADO DE RONDÔNIA. **Decreto n. 17.625, de 2 de agosto de 2019**. Nomeia Comissão Especial para realizar a revisão do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos Urbanos – PMGRSU. Disponível em: https://transparencia.ji-parana.ro.gov.br/transparencia/aplicacoes/publicacao/download.php?id_doc=016518&extencao=P DF. Acesso em: 05 de ago. 2024.

FURTADO, C. D. **Metodologia da pesquisa em meio ambiente**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas. 2017.

GONÇALVES, P. F. Parcerias público-privadas para a gestão de resíduos sólidos urbanos: o papel das cooperativas de catadores. **Ambiente & Sociedade**, v. 22, n. 3, p. 85-102, 2019.

IBGE. **Panorama**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/ji-parana/panorama>. Acesso em: 05 de ago. 2024.

INSTITUTO RECICLEIROS. **Plano Municipal de Coleta Seletiva Ji-Paraná/RO**. 2021. Disponível em: https://semeiajp.sedam.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/PCS_Ji-Paran%C3%A1-Plano-de-Coleta-Seletiva.pdf. Acesso em 07 maio 2025.

OLIVEIRA, G. S. A inclusão dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas e sua contribuição para a gestão dos resíduos sólidos. **Revista Brasileira de Meio Ambiente**, 15(2), 45-58, 2020.

PREFEITURA DE JI-PARANÁ. **Decreto n. 17625/GAB/PMJP/2012**. Aprova o Plano Setorial de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos do Município de Ji-Paraná e dá outras providências. Diário Oficial n. 1384, 2 de agosto de 2012. Disponível em: <https://www.diariooficialjp.com.br/diarios/201208.php>. Acesso em: 7 maio 2025.

PREFEITURA DE PORTO ALEGRE. **Lei Municipal n. 11.774, de 23 de setembro de 2015**. Dispõe sobre a política municipal de resíduos sólidos. Diário Oficial do Município de Porto Alegre, Porto Alegre, RS, 24 set. 2015. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smvus/default.php?reg=4&p_secao=153.> Acesso em: 5 ago. 2024.

SÃO PAULO. **Lei Estadual n. 15.276, de 2 de dezembro de 2014. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos**. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, 3 dez. 2014. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15276-02.12.2014.html>. Acesso em: 5 ago. 2024.

SCHNEIDER, J. O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, v. 9, n. 16, p. 94-104, 2015.

SEDAM – Secretaria de Desenvolvimento Ambiental. **PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DE RONDÔNIA - PERS/RO**. Floram Engenharia e Meio Ambiente Ltda. Eunápolis/BA. 2020. Disponível em: <https://www.sedam.ro.gov.br/ext-files/produtos-sedam/PERS/Subproduto-4.1-Diretrizes-para-o-planejamento.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2024.

SILVA, R. S., et al. Políticas municipais de resíduos sólidos e cooperativas de



RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades.

ISSN 2594-8806

catadores: o caso de Ji-Paraná. **Cadernos de Sustentabilidade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 1, p. 45-60, 2020.

SINIR – Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos.

Índice Nacional de Recuperação de Resíduos – IRR. 2019. Disponível em:

<https://sinir.gov.br/relatorios/nacional/>. Acesso em: 9 maio 2025.

SOUZA, A. B. Cooperativas de catadores de materiais recicláveis: desafios e perspectivas no contexto da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade**, v. 5, n. 2, p. 123-137, 2018.